

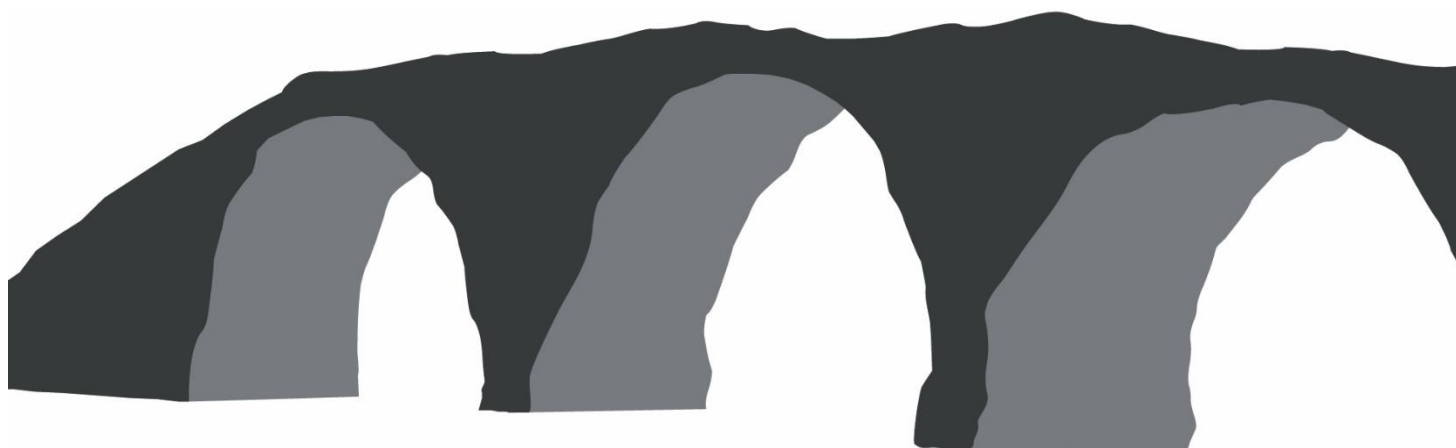
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 19 | Número 2 | Julho – Dezembro 2025
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

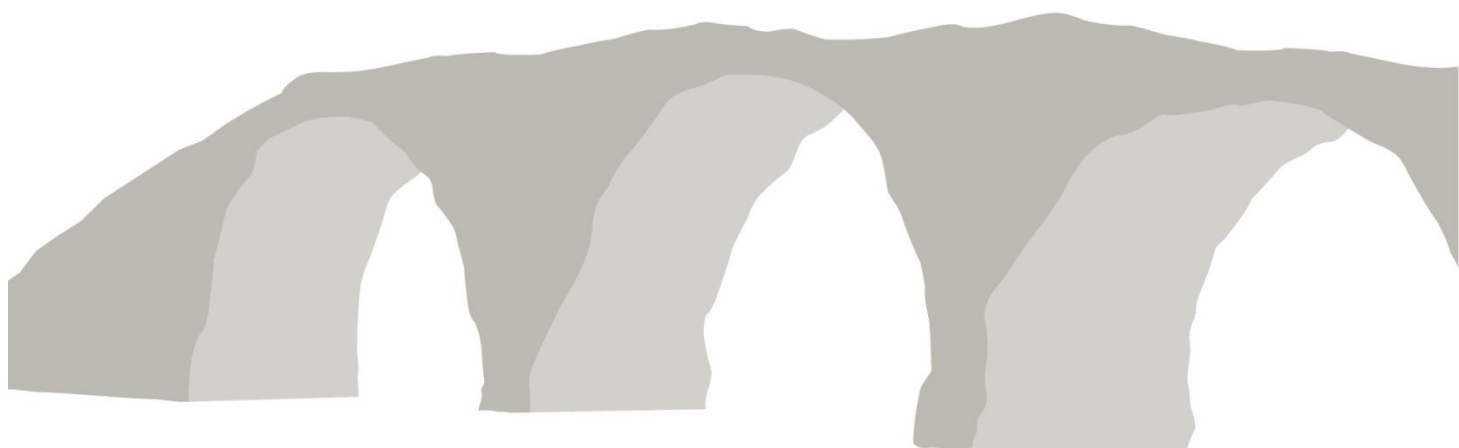
**O SÍTIO DA RESSACA: MATERIALIDADE DA HISTÓRIA AFRO-
BRASILEIRA OMITIDA NA PAISAGEM DA CAPITAL PAULISTA**

**EL SITIO DE RESSACA: MATERIALIDAD DE LA HISTORIA
AFROBRASILEÑA OMITIDA EN EL PAISAJE DE LA CAPITAL PAULISTA**

**THE RESSACA SITE: MATERIALITY OF AFRO-BRAZILIAN HISTORY
OMITTED IN THE LANDSCAPE OF THE CAPITAL PAULISTA**

Fabio Guaraldo





Submetido em 11/10/2024.

Aceito em: 28/04/2025.

Publicado em 30/07/2025.

O SÍTIO DA RESSACA: MATERIALIDADE DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA OMITIDA NA PAISAGEM DA CAPITAL PAULISTA

EL SITIO DE RESSACA: MATERIALIDAD DE LA HISTORIA AFROBRASILEÑA OMITIDA EN EL PAISAJE DE LA CAPITAL PAULISTA

THE RESSACA SITE: MATERIALITY OF AFRO-BRAZILIAN HISTORY OMITTED IN THE LANDSCAPE OF THE CAPITAL PAULISTA

Fabio Guaraldo¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar formas de interpretar vestígios arqueológicos para pensar os processos históricos de resistência e luta abolicionista em São Paulo nas últimas décadas do século XIX. Para isso, a casa sede do sítio da Ressaca, localizada no bairro do Jabaquara (capital paulista), será analisada e rediscutida à luz de materialidades invisibilizadas até então.

Esta edificação compõe a lista das “Casa Bandeirista”, expressão lavrada por Luís Saia na época das comemorações do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, na tentativa de consolidar uma visão grandiosa da formação do povo paulista. Esta apropriação da figura do bandeirante como modelo da identidade paulista ocorre desde o final do século XVIII e, ainda hoje, contribui para o apagamento da memória e formas de representação de outros coletivos (como os africanos e afrodescendentes).

Assim, a partir da análise de novos elementos do sítio da Ressaca, como dados históricos, localização geográfica, relatos históricos e vestígios presentes na estrutura original da casa sede deste sítio arqueológico, pretende-se trazer à luz as relações sociais que atribuem sentido a esse patrimônio arqueológico e, consequentemente, questionar posições há muito consolidadas sobre a identidade e representação do patrimônio cultural paulistano.

Palavras-chave: Sítio da Ressaca, Paisagem, Patrimônio afro-brasileira.

¹ Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Brasil. E-mail: fabio.almeida@alumni.usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7341-8158>.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar formas de interpretar los restos arqueológicos para pensar los procesos históricos de resistencia y lucha abolicionista en São Paulo, en las últimas décadas del siglo XIX. Para ello, la casa principal del sitio Ressaca, ubicada en el barrio de Jabaquara (capital de São Paulo), será analizada y rediscutida a la luz de materialidades hasta entonces invisibilizadas.

Este edificio integra la lista de las “Casas Bandeiristas”, expresión creada por Luís Saia en el momento de las celebraciones del IV Centenario de la Fundación de la Ciudad de São Paulo, en un intento de consolidar una visión grandiosa de la formación del pueblo de São Paulo. Esta apropiación de la figura del bandeirante como modelo de identidad paulista se produce desde finales del siglo XVIII y, aún hoy, contribuye a borrar la memoria y las formas de representación de otros grupos (como africanos y pueblos afrodescendientes).

Así, a partir del análisis de nuevos elementos del sitio de Ressaca, como datos históricos, ubicación geográfica, relatos históricos y vestigios presentes en la estructura original de la casa principal de este sitio arqueológico, se busca sacar a la luz las relaciones sociales que dan sentido a este patrimonio arqueológico y, en consecuencia, cuestionan posiciones establecidas desde hace mucho tiempo sobre la identidad y representación del patrimonio cultural de São Paulo.

Palabras clave: Sitio Ressaca, Paisaje, Herencia afrobrasileña.

ABSTRACT

This article aims to explore methods for interpreting archaeological remains to better understand the historical processes of resistance and the abolitionist struggle in São Paulo during the late 19th century. To achieve this, the main house at the Ressaca site will be analyzed and reassessed through the lens of previously overlooked material evidence.

Located in the Jabaquara neighborhood of São Paulo, this building is listed among the “Casas Bandeiristas.” The term, coined by Luís Saia during the celebrations of the IV Centenary of the Foundation of the City of São Paulo, was intended to promote a grand vision of São Paulo's identity. The appropriation of the bandeirante (frontiersman) figure as a symbol of this identity began in the late 18th century and continues to contribute to the erasure of memories and representations of other groups, particularly Africans and people of African descent.

By examining historical data, geographical context, historical accounts, and features of the original structure of the main house, this study seeks to illuminate the social relations that give meaning to this archaeological heritage. In doing so, it aims to challenge long-standing narratives regarding the identity and representation of São Paulo's cultural heritage.

Keywords: Ressaca Site, Landscape, Afro-Brazilian heritage.

INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico é corriqueiramente apropriado por um universo discursivo próprio ao nacionalismo como ideologia política. Arqueólogos e historiadores têm demonstrado como uma comunidade pressupõe necessariamente a construção de uma memória comum e para o Estado moderno o passado é lido como história gloriosa ou “Idade do Ouro”, “Período de conquistas”, representativos de uma “herança biológica” que caracteriza o “laço genético” entre indivíduos e uma vitoriosa ideia de nação (Hering, 2005, p. 150; Hobsbawm, 2013, p. 75; Trigger, 1994, p. 151).

No estado de São Paulo, a criação mitológica de um passado glorioso foi empenhada por intelectuais e membros da elite e do governo em torno da imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e símbolo do paulista (Souza, 2007). Esse artigo mostra, na primeira parte, como a “mitologia bandeirante” se apropriou das narrativas em torno do patrimônio histórico arquitetônico paulistano e contribuiu para ocultar a memória e formas de representações de outros coletivos como, por exemplo, dos africanos e afrodescendentes.

Acontece que, nas últimas décadas, grupos de diferentes vertentes das manifestações culturais e intelectuais afro-brasileiras vêm reivindicando a preservação e reconhecimento de seus patrimônios e sítios arqueológicos como forma representativa de preservar e ocupar seus espaços de memória na história da cidade e estado de São Paulo (Carvalho & Bastos, 2024; Arruda, Nascimento, & Campos, 2023). No entanto, mais do que apenas reivindicar reconhecimento e preservação de memórias, lugares e sítios arqueológicos, esse movimento tem demonstrado que para isso ocorrer é necessário valorizar novas epistemologias, novas formas de construção do conhecimento.

A arqueologia de grupos afro-americanos enfrenta os desafios de investigar pessoas historicamente privadas de direitos e memórias (Leone, 1995; Singleton, 2010; Symanski, 2007). Não obstante, a tarefa de ver o que outros não viram exige aproximação. Exercer novas formas de abordagem para identificar elementos ainda não evidenciados e/ou para interpretar velhos dados a partir de outras experiências que revelem novas leituras. Assim, a arqueologia afro-brasileira chegou à maturidade de mostrar as relações das pessoas e dos grupos mais interessados nas pesquisas ao invés de, simplesmente, se concentrar na cultura material, nas origens das ciências institucionais e nas interpretações generalistas, frequentemente etnocêntricas (Singleton, 2010).

Para demonstrar e fomentar essa virada epistemológica em curso, o presente artigo utiliza como estudo de caso a casa sede do sítio da Ressaca, localizada no bairro do Jabaquara, na capital paulista. O presente artigo parte de fontes relacionadas às formas de conhecimentos do povo diaspórico afro-brasileiro – como a oralidade, a paisagem e outras formas de materialidade –, para pensar na representatividade que as pessoas e grupos projetam sobre os lugares, estruturas e objetos. O sítio da Ressaca é um lugar apropriado para investigar e entender os caminhos e lugares dos quais africanos e afro-brasileiros se apropriaram no período da escravidão, dentro de uma sociedade onde foram severamente perseguidos e discriminados. Não obstante, um mundo foi criado, com redes de solidariedade, paisagens conectadas e lugares de refúgio e liberdade, mas sobre o qual não tinham propriedade.

Para povos e nações africanas, assim como seus descendentes diaspóricos, a oralidade faz parte do movimento original de transmitir e preservar a memória e o sistema de conhecimento local. Nesse sentido, as narrativas históricas proporcionam a fusão entre passado e presente, redimensionando o tempo e gerando o sentimento de pertencimento (Gusmão, 1995, p.122). A forma como isso ocorre geralmente materializa a oralidade em coisas, objetos e lugares concretos até os dias atuais.

Monumentos e a cultura material de forma geral atuam como ferramentas culturais no processo de ativar a lembrança ou o esquecimento. O patrimônio é constituído e dialeticamente agencia a organização pública e a memória histórica de povos e nações (Smith & Walerston, 2011, p. 47), produzindo inclusão e exclusão. Para Hampaté Bâ, (2010), a descolonização do conhecimento histórico requer a circulação das narrativas, tirando do centro a historiografia oficial e ocidental estacionada na documentação escrita, para dar vazão a outros métodos e teorias de produção do conhecimento a partir de diferentes fontes.

Portanto, algumas fontes de informações conhecidas sobre o sítio da Ressaca serão revisitadas – como os documentos históricos, a localização geográfica, os relatos históricos e vestígios presentes na estrutura original da casa sede deste sítio arqueológico – à luz das relações sociais que atribuem sentido a esse patrimônio histórico para os moradores e frequentadores do atual território do bairro Jabaquara, na cidade de São Paulo. Desta forma, o artigo busca mostrar que o conceito de lugar, seja como uma teoria ou como objeto interpretativo, é importante para as pesquisas arqueológicas do período escravista e, principalmente, para promover o não apagamento e silenciamento das histórias, identidades e territórios afro-brasileiro nas cidades e campos.

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA

Existe certo consenso entre pesquisadores do tema sobre as principais etapas de construção da imagem positiva da figura bandeirante na sociedade paulista, com suas bases étnicas e sociais mamelucas. Souza (2007, p. 151) salienta que a expressão bandeirante se difundiu a partir do século XIII, com os trabalhos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar de Madre de Deus. Depois, no final do século XIX, com o espírito republicano, a história tornou-se disciplina científica responsável em colaborar na construção do estado nação. Naquele momento, os estudos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP elegeram o fenômeno do bandeirantismo para destacar a hegemonia econômica e política do estado, em um período de vistosa atividade cafeeira (Schwarcz, 1989, p. 49).

O terceiro momento de apropriação da imagem do bandeirante para construção da ideologia de um governo forte e centralizador foi no Estado Novo, com a obra “Marcha para o Oeste”, de Cassiano Ricardo Leite (Mayumi, 2008, p. 35). Logo em seguida, a elite paulistana e o governo encontraram na ocasião das comemorações do IV Centenário da cidade em 1954 o momento oficial para buscar afirmar sua superioridade política e econômica sobre o resto do Brasil. Naquela ocasião, o arquiteto Luís Saia, como representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em São Paulo, escreveu o artigo publicado pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, com o título “A Casa Bandeirista – uma interpretação”. É neste artigo que o autor cunha o termo “casa bandeirista” para designar as casas rurais paulistas construídas nos séculos XVII e XVIII (Saia, 1955).

Vale salientar que toda a tese interpretativa utilizada pelo autor para explicar os elementos arquitetônicos presentes na casa colonial rural paulista, não era nova. O primeiro ensaio sobre o tema foi publicado por ele em 1944, na Revista do Sphan n. 8, com o título “Notas sobre a arquitetura rural do segundo século”. Com base no conhecimento de 12 exemplares dessas casas seiscentistas e setecentistas, todas mapeadas na capital paulista e cidades do entorno, o autor destaca a qualidade dos materiais e das técnicas produtivas empregadas nas edificações para justificar seu valor histórico e artístico (Saia, 1944).

Como representante do IPHAN, o arquiteto tinha a intenção de considerar tais edificações como patrimônio histórico e garantir sua preservação. Quando Saia cunha o termo “casa bandeirante”, ele estava justamente trabalhando no restauro da Casa do Butantã, na capital. Segundo Mayumi (2008, p. 32), o termo é

da maior importância para compreensão de alguns aspectos ideológicos envolvidos nas restaurações e preservações dessas edificações.

Segundo a tese de Saia, os 12 exemplares das casas rurais coloniais paulistas podem ser classificados entre os tipos *puros* e *tardios*, através da identificação de constantes tipológicas balizados em padrões arquitetônicos europeus. O tipo puro seria, então, as edificações que apresentam todas as constantes, nitidamente seiscentistas, relacionadas ao período auge do bandeirismo. Já os tipos tardios são classificados pela ausência de algumas constantes, explicado na teoria de Saia pelo processo de degeneração da sociedade bandeirista (Saia, 1955). Em outras palavras, a “arquitetura incompleta”, com falta de alguns elementos do modelo padrão estabelecido pelo arquiteto, é interpretada como sendo reflexo da decadência social e econômica da sociedade paulista ao longo do século XVIII (Mayumi, 2008, p. 33).

Isso explica o fato da casa sede do sítio da Ressaca ter sido considerada entre os 12 exemplares analisados por Saia, mesmo sem algumas constantes características dos padrões arquitetônicos definidos por ele. Denominada sede da antiga fazenda do bairro Jabaquara (Saia, 1944), o sítio da Ressaca possui algumas peculiaridades em relação aos demais exemplares, conforme veremos adiante.

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO JABAQUARA

O sítio da Ressaca está localizado na zona sul da capital paulista, no bairro do Jabaquara, onde hoje funciona também o Centro de Cultura Negra do Jabaquara - CCNJ, mãe Sílvia de Oxalá² e a biblioteca pública Paulo Duarte. O CCNJ é o único complexo cultural da prefeitura voltado aos referenciais de matriz africana. O lugar recebe o nome da importante yalorixá, que contribuiu para a manutenção da presença negra na região. Mãe Sílvia coordenou o primeiro terreiro de candomblé tombado como patrimônio do estado, o terreiro Axé Ile Obá, fundado no Jabaquara pelo pai Caio Egydio, na década de 1970. Consta que ele escolheu o bairro por ser afastado da cidade e manter, na época, muitas matas. Contam também que o terreiro sofria com as constantes batidas policiais e precisava da proteção das matas para garantir sua permanência².

Depois do falecimento do babalorixá, em 1985, a mãe Sílvia de Oxalá assumiu a casa. Ela, sempre muito engajada na manutenção da memória africana, contribuiu para a formação do Centro de Culturas Negras do Jabaquara, em 1992. Anos depois, ela criou o Acervo da Memória e do Viver Afro-brasileiro Caio Egydio no mesmo espaço. O equipamento público municipal disponibiliza aulas de teatro, aulas de danças, oficinas e cursos diversificados para o público em geral. Destacam-se as aulas de capoeira do grupo Cativo do mestre Miguel Machado, que ocupa o espaço desde o início de sua formação, com aulas semanais para crianças e adultos, transformando a realidade de jovens carentes da região.

Além do CCNJ, o complexo abriga também a Biblioteca Paulo Duarte, que conta com 38.900 livros. Fundado junto com o restante do Centro, a Biblioteca se especializou na temática negra a partir de 2012, abrigando mais de 3 mil obras sobre o tema. Os prédios da Biblioteca e do Centro Cultural estão em uma área verde de 11 mil metros quadrados, onde a casa sede do sítio da Ressaca se destaca na meia encosta da colina.

² Relatos coletados junto aos filhos do terreiro Axé Ile Obá durante o evento “Rotas do Patrimônio Cultural Negro no Jabaquara” realizado na Jornada do Patrimônio da cidade de São Paulo, em 2019.



Figura 1. Fachada da casa sede do Sítio da Ressaca. Fotografia do autor.

UM LUGAR NO JABAQUARA: O SÍTIO DA RESSACA

Acredita-se que a casa sede do sítio da Ressaca foi construída em 1719, devido a inscrição da data na verga da porta principal. A técnica construtiva foi a taipa de pilão, que consiste em socar o barro com a mão de pilão entre o taipal (pranchas verticais de madeira), formando-se assim as paredes com cerca de 50 cm de espessura. De origem árabe, essa técnica foi introduzida pelos portugueses e amplamente utilizada pelos paulistas, familiarizados com os recursos expedientes e as técnicas vernaculares (Mayumi, 2008).

Ainda sobre a casa: as portas, janelas e batentes são de canela-preta original. Provavelmente, a madeira foi extraída na região, pois o botânico F. C. Hoehne menciona, em um estudo de 1938, a existência de caneláceas no antigo parque Jabaquara (Hoehne, 1938, p. 9 *apud* Homem, 1980, p. 33), atual aeroporto de Congonhas. As portas e janelas são compostas por requadros de vigas de peroba e cedro. As janelas possuem gradil do lado externo, constituído por barrotes verticais. Possuem duas folhas de madeira sólida, abrindo para o lado interno. As portas possuem folhas de madeira sólida articuladas por pinos de madeira fixados em soleiras do mesmo material.

Na parte interna, todas as passagens possuem soleiras de madeira desniveladas em relação ao piso existente. O chão era de terra batida até 1908, quando foram acrescentados tacos de madeira (Homem, 1980, pp. 30-31). A cobertura é de duas águas, ao invés de quatro águas como ocorre nos outros exemplares estudados por Saia. A casa preserva algumas telhas originais que trazem as datas de sua fabricação (1713, 1714 e 1716) e os nomes dos oleiros (CR – Cristiano Raposo ou Antônio Branco Raposo) (Homem, 1980, p. 30). O telhado mantém ainda a composição original, com beiral bastante largo e construção usando cumeeira, terças e frechais. O madeiramento original permanece em canela preta, além de peças em peroba e cedro, sendo vigas, caibros e ripas. Na área do alpendre, o frechal é em canela preta, também, com apoio central em pilar de peroba engastado no piso.

Assim como o telhado, também a planta da casa apresenta outras constantes que se diferenciam do “tipo puro”, conforme modelo arquitetônico definido por Luís Saia. A começar pela estrutura formal, a planta da

sede do sítio é quadrangular, com a faixada para norte, composta de apenas um cômodo ao lado do alpendre aberto reentrante. No modelo de Saia, a planta é retangular, desenvolvendo simetria dentro do retângulo, com a faixada composta pelo alpendre centralizado entre dois cômodos laterais.

Os cômodos na parte interna também não seguem os padrões tipológicos observados por Saia. O arquiteto descreveu o modelo dessas casas com os quartos distribuídos em torno de uma sala centralizada. No sítio da Ressaca, após o alpendre, a segunda faixa da planta possui dois cômodos (5,7x5,2 metros cada), interligados entre si por uma porta. O primeiro é uma sala frontal, com duas janelas: uma para o alpendre e outra na lateral noroeste. Enquanto o segundo cômodo possui uma janela e uma porta, ambas na lateral sudeste.

Na terceira faixa da planta, a casa apresenta outros dois cômodos, ambos com acesso pela sala frontal: um pequeno quarto (3,2x2,7 metros) com a lateral para noroeste, e uma janela para os fundos (sudoeste). Já o outro é uma galeria (8,2x3,0 metros), com uma porta para os fundos e uma janela lateral (sudeste). A casa possui também um jirau, com piso de pranchas de madeira. O acesso é pela galeria, na parte posterior da casa, feito por uma abertura ao lado da janela lateral, com auxílio de uma escada do tipo marinho, construída em madeira.

Apesar dos desvios ao modelo padrão, Luís Saia descreve a edificação como um “tipo tardio”, típica do século XVIII. Segundo suas observações, a planta original foi considerada no planejamento da obra, apesar de ter sido concluída apenas parcialmente (Saia, 1944, p. 7). Todo o lanço de cômodos do flanco oeste não foi construído. Estes cômodos seriam correspondentes ao quarto de hospede externo (ao lado do alpendre), ao quarto interno (interligado com a sala) e um outro quarto nos fundos (também interligado com a sala). Perfeitamente possíveis de serem implantados, mas não foram.

OBJETOS E ESTRUTURAS REVELADAS PELAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

As escavações arqueológicas realizadas no sítio da Ressaca nos anos de 1978 e 1979 foram coordenadas pela arqueóloga Marlene Suano. O trabalho ocorreu com o objetivo de subsidiar as obras de restauro e conservação da casa sede do sítio, no âmbito do Projeto Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada (CURA) Jabaquara, que reformulou profundamente aquela região, em função da construção do pátio de manobras dos trens da primeira linha paulista de metrô, a Norte-Sul, pela Companhia do Metropolitano. Essa foi uma das primeiras experiências de restauro da Divisão de Preservação do DPH dessa tipologia arquitetônica (Mayumi, 2008, p. 165).

Segundo o “Relatório Final – Prospecção Arqueológica – Casa do sítio da Ressaca, SP” (Suano, 1979), sete cortes foram abertos no interior da edificação, sendo cobertos todos os cômodos, com exceção do segundo cômodo da segunda faixa. Com o principal objetivo de definir critérios e diretrizes para orientar a execução das obras de restauro, os cortes caracterizaram a matriz arqueológica em subsuperfície no interior da casa e evidenciaram algumas estruturas e materiais passíveis de datação relativa e inferências sobre o uso do lugar.

Na galeria da terceira faixa nos fundos da casa, três cortes foram abertos. Segundo o modelo de Saia, essa faixa posterior era destinada aos serviços domésticos. Nela foram encontrados fragmentos de cerâmica e faiança fina inglesa, das pastas *pearlware* e *stoneware*, produzidas em grande escala para exportação na segunda metade do século XIX. No mesmo cômodo foram encontrados ossos de ave, queixada e quelóide, além de uma mandíbula de mamífero com marca de corte. Próximos, também foram evidenciados chumbos e cartuchos de bala. Um contexto presumível sobre a dieta à base de caça da população que ocupou a casa na segunda metade do século XIX.

Na sala central, com acesso para todos os outros cômodos, foram encontrados uma ferradura e fragmentos de vidro. Destaca-se também a presença de feições circulares de cerca de 12 cm cada, alinhadas, sugerindo uma estrutura de madeira no local. Essa faixa da casa era o espaço social, no centro do imóvel. Já na faixa frontal, o cômodo lateral ao alpendre possui um nicho em forma de ogiva entalhado em cima da porta, para abrigar imagens religiosas. Possivelmente este cômodo cumpria dupla função, contemplando o modelo descrito por Luís Saia, no qual os dois cômodos laterais ao alpendre seriam o lugar da capela e do quarto de hóspedes. As escavações realizadas nesse cômodo evidenciaram uma moeda de 100 reis, fragmentos de louça, botão de roupa em metal e outro em osso, sementes, chumbo, três pequenas estruturas de combustão (5,5 cm de diâmetro e 6 cm de profundidade), um graveto carbonizado e uma lasca de sílex, comumente utilizado como pederneira. Segundo o Relatório, as estruturas de combustão eram fogueiras utilizadas para aquecer o cômodo, possivelmente, feitas por viajantes que pernoitavam no cômodo quando passavam pelo sítio (Suano, 1979, p. 11).

O Relatório também descreve as estruturas de alicerce das paredes de taipa envolta de manchas de madeira, provavelmente resultado da decomposição das pranchas empregadas para socar a taipa. Também apontam para a presença de fragmentos do reboco da parede, com tabatinga. O texto é bem descritivo, atento para a explanação das técnicas de construção da edificação para auxiliar as obras de restauro e conservação, com poucas inferências interpretativas dos materiais e estruturas evidenciadas.

FATOS CONHECIDOS PELOS DOCUMENTADOS HISTÓRICOS

Segundo pesquisa realizada pela historiadora Maria Cecília Homem (1980), a casa foi construída a mando de Maria de Vasconcellos, após a morte de seu marido, o capitão Agostinho Machado Fagundes de Oliveira, em 1716. Maria era filha do capitão-mor Antônio Aguiar Barriga, Governador da Capitania de São Vicente, e Agostinho era filho do fidalgo e colonizador português Antônio de Oliveira.

Porém, eles não foram os primeiros proprietários do sítio. Segundo as Cartas de trabalho de Mario de Andrade, o primeiro habitante da região teria sido o padre Domingos Gomes Albernáz “que mantinha 80 cabeças de gado, em 1694” quando arrolou a quantia em seu testamento. Consta mesmo que o lugar ficou conhecido como casa do Padre Albernaz, ainda que o eclesiástico tenha falecido em 1704 e nunca tenha habitado aquela casa. No estudo do historiador Afonso Taunay (1948), o padre Albernáz aparece como vigário da vila de São Paulo em 1640, mas sempre cultivando conflituosa relação com os poderosos locais. Decerto, sua turbulenta presença levou-o à fama, mantendo o sítio com a sua referência, mesmo após seu falecimento.

Era comum os lugares serem conhecidos pelos nomes de seus donos ou antigos donos. Em sua passagem por São Paulo, em 1819, Saint-Hilaire notou que “perto da cidade havia chácaras por todos os lados (...) Algumas enormes e quase sempre conhecidas pelos nomes de seus donos ou seus proprietários primitivos” (Saint-Hilaire, 1940, p. 174). Assim era a vida em São Paulo até início do século XIX. As pessoas viviam no meio rural em chácaras, sítios e fazendas. A vila se resumia a um triângulo de três ruas quase desertas, na atual região da Sé, onde as residências eram ocupadas quando os proprietários pernoitavam por breve período de tempo, atraídos por celebrações religiosas ou intimações judiciais (Porto, 1992; Belmonte, 1977, p. 23).

As propriedades rurais ao redor do núcleo urbano eram as residências das pessoas e, como chácaras, sítios e fazendas, constituíram os atuais bairros da cidade. O sítio da Ressaca era denominado, na época, sítio Piranga,

e dava nome ao termo desse distrito. Em 1742, ao redigir a escritura de venda do sítio para D. Francisca Caminha, a então proprietária D. Maria de Vasconcelo assim o descreve:

“É o termo desse distrito, e possui 500 braças de testada, a saber 200 braças para a parte de José da Silva Góes, com meia légua de sertão medida e meia légua na medida de 300 braças da parte de José Blanco Raposo”. Além de possuir “casa com parede de mão coberta de telhas de dois lanços, moenda de roda e pomar”³.

Percebe-se que as pessoas da vizinhança se conheciam, pois, como dito anteriormente, a família Raposo forneceu as telhas para a construção da casa. José Blanco Raposo era filho de Cristiano Raposo e irmão de Antônio Blanco Raposo, sendo todos naturais e residentes da freguesia de Santo Amaro, onde o sítio estava localizado (Silva Leme, 1905, pp. 524-525).

Em 1780, a designação *sítio da Ressaca* surge pela primeira vez nos documentos. Na ocasião, a proprietária D. Tereza Paula de Josué Fernandez solicita a demarcação e medição do sítio da Ressaca e indica que o Capitão Agostinho Machado de Oliveira havia sido o antigo proprietário. Dois anos depois o sítio foi desmembrado em quatro partes, sendo vendida a parte da sede ao padre Félix José de Oliveira, outra parte à beata Ursulla, a terceira parte a Vicente Rodrigues e a quarta parte doada ao preto forro de nome Francisco Raposo (Homem, 1980, pp. 36-37), provavelmente ex-escravizado nas propriedades da família Raposo, na vizinhança.

Os registros mostram que a vizinhança não apenas se conhecia, como também cultivava uma vida social. Tudo indica que D. Tereza Fernandez habitou a sede do sítio, pois o fato dela doar parte de suas terras ao forro que trabalhou nas propriedades vizinhas, demonstra o trânsito e a contígua relação entre os moradores locais.

Durante a primeira metade do século XIX, o sítio foi vendido e comprado por mais de cinco diferentes proprietários, até ser adquirido por Francisco Antônio Mariano, em 1853. A partir de então, o sítio da Ressaca permanece como propriedade da família Mariano até o início do século XIX (Homem, 1980, p. 38), quando a paisagem do bairro é modificada pelas obras de urbanização da prefeitura de São Paulo.

Segundo o livro *Genealogia Paulista* de Silva Lemes, Francisco Antônio Mariano era filho de outro do mesmo nome e de Theresa Maria de Jesus. Ele se casou com Jesuína Justina Peruche em 1817, na cidade de Bragança, onde a família vivia, e tiveram 4 filhos e 4 filhas. Não sabemos porque Francisco adquiriu o sítio ou se ele chegou a viver em São Paulo. Jesuína sim faleceu em São Paulo, onde foi morar com idade avançada (Silva Leme, 1905, pp. 468-469).

No parecer histórico elaborado por Luís Saia para incorporar o processo de tombamento da casa sede do sítio, o arquiteto relata que em 1860, após a morte do marido, D. Jesuína Justina Mariano Peruche vendeu o sítio ao seu filho Felício Antônio Mariano Fagundes com o consentimento dos demais filhos”. Desta data, até 1888, Feliciano permaneceu com o sítio e incorporou outros do entorno. Em 1876, o sítio Olho D’água já estava incorporado. Pouco tempo depois, em 1888, outros três sítios haviam sido comprados por Felício Mariano: Piranga, Simão e Tabatinguera (Saia, 1972, p. 25).

Pouco se sabe sobre a vida de Felício Antônio Mariano Fagundes. Seu nome aparece nas Cartas de Datas de Terras (1854 a 1858), solicitando à Câmara municipal de São Paulo que faça alinhamento de terreno em suas propriedades entre a rua da Pólvora e a estrada de Santos e outro na rua da Glória, onde ele cede parte do

³ Cartório do 2º Tabelião. Livro I. Registro 450 fls, 1742 a 1743. Documento encontrado no Arquivo Aguirra, Museu Paulista (*apud* Homem, 1980, p. 30).

terreno para abertura de uma rua até o Matadouro. Nas cartas ele justifica a solicitação pelo intento de construir edificações com ajuda de trabalhadores que “já tem feito quase todos os muros para fechar o terreno e pretende começar a construir ali prédios”⁴.

Possivelmente ele era engenheiro, ou atuava com a valorização de imóveis em São Paulo, onde viveu⁵. Silva Leme (1905, p. 471) cita que ele faleceu solteiro, mas deixou filhos naturais reconhecidos. No site *Geni*⁶ consta que ele casou com Ignácia Alexandrina Maria Fagundes, com quem teve uma filha, Elisa Marianna Fagundes, nascida em 1856. Porém, consta também que ele teve outra companheira, a Sra. Anna Cândida Leopoldina da Pureza, com quem teve 9 filhos, incluindo seu primogênito, Felício Antônio Mariano Fagundes Filho, nascido em 1855.

Nada foi possível levantar até o momento sobre Anna Cândida da Pureza, apenas que ela era conhecida como Anna Cândida da Paixão. Possivelmente ela não era de família abastada, uma vez que seu nome não consta na relação levantada por Silva Leme, e tampouco no site *Geni* há qualquer informação sobre sua filiação. Talvez por essa razão Felício não a assumiu oficialmente como esposa, mesmo mantendo uma relação duradoura, iniciada antes mesmo de seu casamento oficial. Haja visto a data de nascimento de seus filhos, o primogênito, quem recebe o nome do pai, nasceu no ano de 1855, um ano antes de Elisa Marianna. No mesmo ano de 1856, Felício teve outra filha com Anna Cândida, com quem seguiu uma relação intensa, tendo outros 6 filhos em um intervalo de 9 anos e, o último filho temporão, nasceu no ano de 1976.

Essas datas supõem uma relação estável, duradoura e vigorosa entre Felício e Anna. Possivelmente o apelido Anna da Paixão (ao invés de Anna da Pureza) refere-se a esse relacionamento. Uma relação não oficial, porém, vivida e, certamente, preterida por Felício, mais do que seu relacionamento com Ignácia. Vale salientar que ele assumiu todos seus filhos, inclusive registrando seu primogênito com seu nome.

Quando Felício faleceu, em 1900, possivelmente Anna também já havia falecido, pois ele morreu solteiro. Nesse momento, seus filhos desmembram as propriedades no Jabaquara, onde a Câmara Municipal reivindicava terras para construção do bonde e de vias incorporados ao projeto de urbanização.

A PAISAGEM ESCONDIDA PARA ALÉM DO CÓRREGO DA TRAIÇÃO

Um dos elementos de análise importante para pensar o uso do sítio da Ressaca e de sua sede ao longo do tempo é a paisagem e os vetores que lhe materializa e atribui significados⁷. Certamente o vetor geográfico é um dos principais. O sítio estava ao sul da Freguesia da Sé, cerca de 10 quilômetros de distância, em um inter fluxo dos antigos caminhos que levavam a freguesia de Santo Amaro (por um caminho alternativo à atual av. Santo Amaro) e a borda do campo, em direção ao litoral, pelo conhecido Caminho do Mar. “[O sítio] ora fazia parte da paragem do Piranga, ora da Freguesia de Santo Amaro, ora ainda da Sé” (Homem, 1980, p. 33).

O sítio encontra-se próximo ao divisor de águas da bacia do rio Pinheiros e Ipiranga. Antigamente era banhado pelo córrego da Ressaca, também chamado de Barreira, atual córrego Água Espreada, afluente do rio

⁴ Cartas de Datas de Terras (1854 a 1858). Vol. XVII. Sub-divisão de Documentação Histórica / Departamento de Cultura. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1936, folha 60.

⁵ Em 1885, o alistamento eleitoral da Comarca de São Paulo tem seu nome registrado no 24º Quarteirão da Freguesia da Sé.

⁶ Site: *Geni* – A My Heritage Company - Disponível em: <<https://www.geni.com/family-tree/html/start>>. [cons. 14 mar. 2024].

⁷ Vale lembrar que esse foi o primeiro sítio arqueológico tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) por seu valor histórico e paisagístico, conforme recomendado pelo parecer do processo, redigido por Luís Saia (Mayumi, 2008, p. 171).

Pinheiros. Próximo dali encontrava-se o córrego da Traição (atual avenida Bandeirantes), considerado a fronteira entre a vila de Piratininga (atual São Paulo) e a vila de Santo Amaro (atualmente um bairro da cidade).

Para os moradores de Piratininga, esse córrego era o extremo das terras conhecidas. Em direção ao distrito de Santo Amaro, pelo caminho mais conhecido (atual avenida Santo Amaro), existia a sesmária da Traição (atuais bairros de Moema e Vila Olímpia) na margem direita do córrego. Dali em diante era terra inóspita, sem moradia, coberta por uma mata frequentada pelos indígenas “selvagens” ou pelos “perigosos” fugitivos do cativeiro. “Segundo Nuto Sant’Ana, um dos cursos d’água cortados pelo caminho de Santo Amaro era particularmente frequentado por negros, que teriam formado inclusive quilombos pelos arredores; tomou por isso o nome de “Córrego da Traição” (Berardi, 1968, p. 41).

Também a toponímia do bairro Jabaquara se refere a um lugar distante, de fuga. Jabaquara vem do Tupi antigo e significa “toca da fuga” ou “esconderijo”, através da junção dos termos *îababa* (fuga) e *kûara* (toca ou buraco) (Navarro, 2005). Primeiro o nome foi dado ao Jardim Jabaquara (atual aeroporto de Congonhas), local preservado de matas nativas. Depois foi ampliado, abrangendo a região do antigo distrito de Piranga, onde somente haviam fazendas de gado e sem referência de moradia.

No início do século XVIII, a região começou a ser povoada por fazendeiros e sitiantes, que ali abriram estabelecimentos agrícolas, olarias e comércio. Estes sítios produziam tudo para o consumo e as casas sedes serviram de ponto de descanso para tropeiros e viajantes que se dirigiam à vila de Santo Amaro e à Borda do Campo pelo Caminho do Mar, em direção ao litoral, ou pelo caminho oposto, do litoral para a vila de São Paulo e Santo Amaro (Berardi, 1968).

Possivelmente essa foi uma das funções da sede do sítio da Ressaca até o século XX. Um lugar de hospedagem e passagem, nas matas além da cidade de São Paulo. Distante da cidade, mas não tanto, próximo suficiente para chegar em um dia ou mais de viagem. Próximo também das bordas do campo, pelo Caminho do Mar, em direção ao litoral, onde se chegava em dois ou três dias de viagem.

HISTÓRIAS CONTADAS, HISTÓRIAS CANTADAS

A oralidade também é parte das materialidades dos lugares. As narrativas e histórias orais materializam objetos, pessoas, paisagens e lugares na memória de grupos e indivíduos. Dialeticamente, a memória é enraizada em objetos e lugares concretos, sendo ativamente lembrada e mantida por eventos e rituais (Smith & Waterton, 2011, p. 47).

Nos estudos que almejam epistemologias afrocentradas como forma de descolonização do conhecimento, a oralidade deve sempre ser considerada ponto importante da materialidade histórica. De acordo com o historiador malinês Amadou Hampaté Bâ (2010), a tradição oral revela um modo de ser próprio, considerado uma fonte de unidade munida de essência representativa entre os povos africanos e seus descendentes. Nesse sentido, as narrativas históricas proporcionam a fusão entre passado e presente, redimensionando o tempo e gerando o sentimento de pertencimento.

No Brasil, estudos mostram como a oralidade de matriz africana perpetua conhecimentos e saberes circunscritos não apenas pelas palavras, mas principalmente pelas expressões corporais, através de dança e música, brincadeiras e jogos, como vemos nas práticas culturais da diáspora negras, a exemplo do samba (Moura, 2004), do carnaval (Irobi, 2012), dos batuques de terreiro (Pinheiro, 2018), das ladainhas de capoeira (Zonzon, 2017), da umbigada, da congada e tantas outras. Nestes casos, a oralidade ultrapassa o campo da vocalidade, da expressão da palavra pela voz, e adentra o universo performático da musicalidade, expressão do

corpo e da alma, elo transcendente entre as pessoas, os lugares (com seus elementos) e outras temporalidades (Pinheiro, 2018).

No Jabaquara, não é diferente. Os relatos sobre as histórias não oficiais do bairro emergem pela oralidade e musicalidade de matriz africana. A escola de samba Barroca Zona Sul é uma importante referência das expressões afrodiaspóricas no bairro. O samba enredo da agremiação, em 2013, foi sobre a história do Jabaquara e relembrou as memórias do tempo da escravidão, quando o lugar era espaço de liberdade para o povo negro. O enredo trouxe a etimologia do nome Jabaquara associado a oralidade local, cujas palavras rememoram o tempo de quando o bairro foi um lugar de refúgio, ao sul da cidade de São Paulo, utilizado pela população escravizada na busca pela liberdade:

(...)
 ïababa kûara,
 Invadia o tempo em que lá fora eu fujo para a liberdade
 Negros terreiros, raízes da nossa história (...)

Um ano antes daquele carnaval, em 2012, ocorreu o evento *Ipadê Siré*, no Centro Cultural Jabaquara. Organizado pelo então diretor, Júlio Cesar Pereira de Freitas, o evento reuniu grupos de pesquisadores e moradores interessados em discutir a africanidade no Jabaquara e na cidade de São Paulo. Entre as pesquisas e falas, houve destaque para a fala da mãe Sílvia de Oxalá, quem trouxe objetos do período da escravidão, como grilhões de ferro, troncos de pelourinho e outros, que formam o “Acervo da Memória e do Viver Afro-brasileiro Caio Egydio”, formado a partir de objetos encontrados no sítio da Ressaca durante as obras do Projeto CURA, no final da década de 1970, devido a construção da linha azul do metrô (conforme mencionado anteriormente).

Além da mãe Sílvia, Júlio Cesar e outros pesquisadores falaram do sítio da Ressaca como local estratégico utilizado pela rede clandestina de abolicionistas atuantes na segunda metade do século XIX, os caifazes. Esse movimento organizado por Luís Gama e Antônio Bento de Castro e Souza atuou em diferentes frentes da sociedade como jornais, revistas, educação, literatura, juristas e outras ações de manumissão, sempre almejando o fim da escravidão. Além das atividades legais, alguns dos membros perpetraram ações para organizar fugas coletivas das senzalas ou, até mesmo, “roubavam os escravizados de seus senhores” e direcionavam-nos para o histórico quilombo do Jabaquara, localizado na cidade de Santos naquele mesmo período (Francisco, 2020, p. 277).

Essas histórias compartilhadas no evento *Ipadê Siré* despertaram nos pesquisadores, moradores e demais pessoas envolvidas com o bairro o reconhecimento da continuidade histórica. Os participantes vislumbraram que suas ações e modo de vida atuais são parte da criação do espaço enquanto lugar de história, da mesma forma que as pessoas fizeram no passado. Isto é, aquele lugar permanece sendo um polo de resistência para a população afro do bairro e região. Um lugar de encontros e manifestações culturais e políticas, promovidas por grupo de capoeira, de hiphop, de samba e samba rock, de sarau, conversas e trocas de experiências afrodiaspóricas. Em outras palavras, as histórias das pessoas biografam os lugares onde vivem, ao mesmo tempo em que suas histórias são contadas pela biografia do lugar.

AS MARCAS SUTIS DO QUILOMBO DE PASSAGEM

A partir da materialidade expressa na paisagem, oralidade e significados que os moradores locais atribuem ao sítio, novos olhares aproximados voltaram-se à casa sede para buscar indícios dessas memórias contadas e cantadas. Segundo o arqueólogo Marcos Souza (2013), as pessoas envolvidas nos estudos arqueológicos de populações afrodiaspóricas devem ter um olhar criativo para a cultura material. Segundo ele, o uso criativo dos recursos materiais pode ser entendido não só por meio das tecnologias expedientes, mas também, em um âmbito mais abrangente, por meio de um movimento circular, próprio das populações diaspóricas, quem desenvolve habilidade de apropriação e ressignificação como estratégia de resistência. Isto é, o uso criativo dos recursos pelos escravos não se constituiu apenas em uma resposta ao opressor ou como forma de superar necessidades de subsistência, a criatividade apresentando-se, na verdade, como um traço intrínseco do acervo de conhecimento e práticas de matriz africana e pode ter sido utilizada, entre outros fins, como uma ferramenta para expressar diferenças e singularidades (Souza, 2013, p. 31), como forma de comunicação entre os seus, conquistando lugares de liberdade e agindo contra o sistema que lhes era imposto.

Nestes casos, os sinais que compõem a materialidade quilombola do sítio da Ressaca são sutis, de compreensão específica e subjetiva, de difícil acesso para as pessoas desconectadas com o lugar e suas histórias. Conforme afirma a arqueóloga Patrícia Carvalho: “não são os sítios arqueológicos em contextos afrodiaspóricos que têm baixa visibilidade, mas sim são arqueólogos que tem baixo entendimento e engajamento com as pessoas e o ambiente” (Carvalho, 2018, p. 190).

Ao voltar o olhar para o sítio da Ressaca, o pesquisador Júlio Cesar chamou atenção para algumas inscrições no madeiramento da casa sede, ainda não registradas pelas arqueólogas e historiadoras. A partir desse olhar aproximado e engajado, as inscrições revelaram conexões criativas com as narrativas históricas da população. Assim como a data inscrita na verga da porta principal, algumas portas e batentes de canela-preta apresentam outra data e inscrições, algumas mais nítidas do que outras.

Na porta principal, por exemplo, na altura dos olhos, há a inscrição da letra “J” estilizada. Pouco mais abaixo, na mesma porta, existe a inscrição nítida de uma âncora. No batente da porta ao lado que fornece acesso ao cômodo da capela e do quarto de hóspede no alpendre, há dois conjuntos de inscrições. A primeira apresenta um círculo preenchido com pétalas concêntricas, lembrando uma flor. Pouco abaixo existe um conjunto de inscrições pouco nítidas, com as letras “F”, “A”, seguida de um aparente “M”, e um “F” e “O” ou “J” (o último não está nítido), sobre alguns números não muito nítidos, aparentemente um 8, 1, 3 e 9, além do ano 1875 (na numeração final). Outras inscrições são encontradas nos batentes das janelas, na parte interna da casa. Essas são ainda menos legíveis. Além de traços, triângulos invertidos e círculos inelegíveis, uma letra “B” é bem apresentada no batente da janela frontal para o alpendre, ao lado da porta com a inscrição da letra “J” na altura da visão.

Toda essa disposição simbólica na parte frontal da casa é significativa. A despeito de seus significados, fica evidente que a sede do sítio da Ressaca foi utilizado por um grupo social que compartilhavam símbolos e insígnias. A disposição das letras “J” e “B” inscritas na parte frontal da casa chama atenção para a importante representação simbólica das Colunas Maçônicas. Na representação maçônica, o local de encontro de seus membros é o Templo, em referência ao Templo de Salomão, na antiga Jerusalém, um lugar sagrado construído pelo filho do rei Davi, da tribo de Judá, como Casa Divina de Deus. A parte mais importante dessa construção é o par de Colunas de bronze erguidas no Pórtico, para guarnecer o Templo. Localizada a direita, a **Coluna J** faz referência a “Jachin” que significa em hebraico “Jeová se estabelecerá”; no lado oposto, a **Coluna B** simboliza “Boaz”, que significa “Força”.

As Colunas Gêmeas significam na tradução latina “Ele firmará a força”; esse dualismo tem significado muito esotérico, sendo destinada a acompanhar aquele que receberia de Jeová a consagração. Na liturgia Hebraica, representavam a dualidade do universo, onde uma coisa só existe em função de outra (Souza, 2018, p. 5).

Além das letras “J” e “B” isoladas, o conjunto de letras F.A.M.F.J. localizadas no batente da porta lateral do alpendre também podem estar associadas a maçonaria. Os maçônicos presam por uma relação de irmandade entre seus membros, e estimam valores como “fraternidade”, “justiça”, “liberdade”, “família” e “amizade”. Neste sentido, as letras F.A.M.F.J. poderia significar palavras como: “Família Maçônica - Fraternidade e Justiça”, preceitos constantemente lembrados e valorados na maçonaria.

No entanto, qual a conexão entre a maçonaria e a cultura afro? Por que símbolos maçônicos estariam representados em um lugar que teria sido um quilombo de passagem? Estudos recentes têm mostrado a influência da maçonaria no movimento abolicionista do final do século XIX. A tese de doutorado da historiadora Renata Ribeiro Francisco é um estudo pioneiro no tema para São Paulo. A autora mostra que a maçonaria passava por distintas tendências naquele período, quando havia algumas lojas voltadas à defesa do comportamento apolítico e secreto, que não se expunham à esfera pública; outras também preservavam o segredo, porém defendiam a intervenção de ideias no meio social como estratégia de mobilizar a opinião pública; e o terceiro tipo de loja que defendia abandonar o segredo e radicalizar a exposição pública para intervir nos assuntos políticos (Francisco, 2018).



Figura 2. Inscrições na porta principal e batente da porta lateral do alpendre. Fotografia do autor.



Figura 3. Inscrições nos batentes internos das janelas do cômodo principal. Fotografia do autor.

Lojas maçônicas em São Paulo, como a América, Amizade e Sete de Setembro faziam “parte dessa última tendência e, ao longo de toda a década de 1870, utilizaram a imprensa como principal instrumento para divulgação de sua agenda, mobilizando a opinião pública paulista” (Francisco, 2022, pp. 4-5). A emancipação dos escravizados foi, certamente, o tema de maior destaque nos jornais com influência dessas lojas maçônicas.

Pessoas como Luís Gama, Albino Bairão, José Ferreira de Menezes, Jaime Serva, Antônio Arcanjo, Américo Brasiliense e Américo de Campos eram maçons e apoiavam firmemente a emancipação dos escravizados. Membros da Loja América formaram uma sociedade emancipadora, denominada 27 de fevereiro, formada por uma comissão de manumissão. Segundo o *Jornal Correio Paulistano* do dia 12 de janeiro de 1870, “A Loja Maçônica América, fundada há pouco mais de um ano nesta capital, nesse curto período já tem concorrido com as despesas auxiliares para libertação e manutenção de liberdade de 42 cativos”⁸.

Dois meses depois, “na Loja Amizade instalou-se uma associação denominada Fraternização com o fim de libertar escravos por todos os meios legítimos”. E a reportagem continua dizendo que as senhoras têm aderido, também. Fala sobre a condição da mulher que “(...) não conhece ainda a parte que lhe cabe e deve tomar na vida social (...)” Essa iniciativa, portanto ajudaria a desenvolver o pensamento emancipacionista e libertaria a mulher do seu “viver estreito e acanhado”. Sete anos depois, em 1877, a loja maçônica Sete de Setembro criou uma loja de adoção, com o objetivo de alforriar cativos, composta por mulheres, em sua maioria, esposas, filhas e irmãos de maçons.

Essas datas nos remete à data inscrita no batente da casa sede do sítio da Ressaca. Em baixo das letras F.A.M.F.J., há alguns números de difícil interpretação, porém o ano de 1875 está legível. Naquela época, como vimos, o movimento abolicionista estava em plena atividade, com cada vez mais membros aderindo aos seus princípios e idéias. Criou-se uma rede bastante eficiente entre os abolicionistas na capital Paulista e as lojas maçônicas serviram de base de sustentação para suas ações. Os jornais publicavam as ações filantrópicas e

⁸ Arquivo Histórico do Estado de São Paulo.

manumissões; no entanto, outras ações extrajurídicas também eram organizadas e realizadas em segredo. Basta lembrar que Luís Gama foi o fundador dos caifazes e Antônio Bento continuou seu legado, ambos maçônicos.

Outra personagem ligado aos jornais e ao movimento abolicionista foi Quintino de Lacerda. Ex-escravizado, conhecido como Tintino, ele morava na cidade de Santos quando foi contatado pelos abolicionistas da capital para organizar um quilombo nas matas daquela cidade Portuária. Assim surgiu o quilombo do Jabaquara em Santos (Pereira, 2016). Dizem que mais de duas mil pessoas fugidas do cativeiro viveram naquele quilombo. Elas tinham origem das fazendas de Campinas, Jundiaí, São José dos Campos e outros lugares. Chegavam na cidade de São Paulo, de onde seguiam pelo Caminho do Mar até Santos. Nesse caminho estava o sítio da Ressaca, onde teriam se hospedado as comitivas em direção ao quilombo. A presença da âncora na porta principal é um sinal da ligação que os frequentadores do sítio da Ressaca teriam com o litoral ou estariam de passagem para lá.

O outro símbolo presente no batente da porta pode fazer menção a imagem de uma flor, a camélia. No Brasil, a camélia foi um símbolo do movimento abolicionista no final do século XIX. Os abolicionistas usavam a flor como um código de identificação, principalmente para ajudar os escravos fugidos. Os abolicionistas as usavam na lapela do paletó ou plantavam na frente das casas como insígnia de sua militância (Mancini, 2020).



Figura 4. Comparação entre a foto da Camélia e a inscrição no batente da porta no sítio da Ressaca. Fotografia do autor.

CONCLUSÃO

Este artigo reforça a importância de reinterpretar os vestígios e sítios arqueológicos para entender os processos históricos de resistência e luta abolicionista em São Paulo no século XIX. A análise da casa sede do sítio da Ressaca, sob um olhar da materialidade que inclui a oralidade dos moradores e a paisagem local, evidencia como a história oficial tem frequentemente relegado a segundo plano as narrativas de africanos e afrodescendentes, em favor de uma identidade paulista centrada na figura de um bandeirante elitista.

Escutar os moradores e se atentar para as diferentes formas de oralidade pode ser um método eficaz para expandir o conhecimento arqueológico e fundamental para entender as formas criativas de manifestação das populações menos favorecidas historicamente. Ao trazer à tona marcas invisibilizadas, o estudo não apenas questiona a forma como a memória cultural paulista é construída, mas também destaca a necessidade de uma

abordagem mais inclusiva e engajada, que valorize a diversidade de experiências mais próximas e conectadas com os lugares e patrimônios arqueológicos que compõem a história da cidade.

Muita pesquisa ainda precisa ser feita para levantar mais informações sobre o modo como o sítio deu guarita para a rede abolicionista paulista. Até o momento não foi possível precisar se Felício Mariano Fagundes (o proprietário do sítio da Ressaca nas últimas décadas do século XIX) fazia parte dessa rede. Alguns fatos expostos ao longo do artigo indicam que sim, talvez ele fosse maçom e participasse das sociedades abolicionistas. Como dissemos, Felício adquiriu os sítios vizinhos entre as décadas de 1860 e 1890. Demonstrou interesse na região, apesar de nunca ter construído casa ou benfeitoria, como fazia na cidade. Além disso, os vestígios evidenciados nas escavações arqueológicas demonstram que a casa era habitada naquele período.

Assim, o artigo mostrou como o lugar e a oralidade pode dar vida aos registros arqueológicos e escritas recortadas, por caminhos emocionantes e criativos. Acredito que a consideração intensa do uso do lugar como uma maneira de definir e interpretar o passado levará nossos estudos de arqueologia e paisagem mais pertos do presente (Agha, 2006). De modo a romper com o racismo epistêmico sobre a interpretação e entendimento do patrimônio cultural, abrindo espaço para novas reflexões sobre identidade, memória, lugares e territórios relacionados a população afro-brasileira na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- Agha, A. (2006). Place, place-making, and African-American archaeology. *South Carolina Antiquities*, 38(1-2), 53-66.
- Arruda, J., Nascimento, M., & Campos, S. (2023). Bixiga e liberdade: a participação do povo negro na construção cultural dos bairros paulistanos. *Esquinas. Revista Digital*. Disponível em: <<https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/cotidiano/o-que-e-invisivel/bixiga-e-liberdade-a-participacao-do-povo-negro-na-construcao-cultural-dos-bairros-paulistanos/>>.
- Belmonte (1977). *No tempo dos bandeirantes*. S.L.: Melhoramentos.
- Carvalho, P. M., & Bastos, R. L. (2024). Sítio arqueológico do Quilombo Saracura: a insurgência do movimento negro pelo direito à memória na cidade de São Paulo. *Revista de Arqueologia*, 37(2), 81-101. DOI:10.24885/sab.v37i2.1159.
- Francisco, R. R. (2018). *A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo*. Dissertação (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo.
- Francisco, R. R. (2020). Os heróis maçônicos na historiografia da abolição em São Paulo. *História da Historiografia*, 13(34), 271-302. DOI:10.15848/hh.v13i34.1599.
- Francisco, R. R. (2022). A dinâmica abolicionista nas lojas maçônicas de São Paulo (1850-1888). *Almanack*, 32, 1-34. DOI:10.1590/2236-463332ea00521.
- Gusmão, N. M. (1995). Terra de uso comum: oralidade e escrita em confronto. *Afro-Asia*, 16, 116-132.
- Hampaté Bâ, A. (2010). Tradição Viva. Em Ki-Zerbo, J. (ed.). *História Geral da África I, metodologia e pré-história da África* (pp. 167-212). Brasília: Unesco.
- Hering, F. A. (2005). Arqueologia e nacionalismo na Europa do século XIX: a Grécia antiga e sua reativação moderna. Em Funari, P., Orser Jr., C. E., & Schiavetto, S. N. (eds.). *Identidades, discursos e poder: estudos da arqueologia contemporânea* (pp. 147-158). São Paulo: Annablume, Fapesp.
- Hobsbawm, E. (2013). *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hoehne, F. C. (1938). *Cincoenta e uma novas espécies de flora do Brasil e outras descrições e ilustrações*. São Paulo: Arquivos de Botânica do Estado.

- Homem, M. C. (1977). *O Sítio Ressaca: pesquisa histórica*. São Paulo: Pesquisa.
- Homem, M. N. (1980). A Casa do Sítio da Ressaca. Em Rocha Filho, G. N. (ed.). *O Sítio da Ressaca* (pp. 30-85). São Paulo: FAU/ USP.
- Irobi, E. (2012). O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. *Revista Projeto História*, 44, 273-292.
- Leone, M. (1995). A historical archaeology of capitalism. *American Anthropologist*, 97(2), 251-268.
- Mancini, P. J. (2020). *13 de maio: a resistência das camélias e a abolição tardia*. (E. debate, Produtor) Fonte: Outras Mídias/ Histórias e Memórias: Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/13-de-maio-a-resistencia-das-camelias-e-a-abolicao-tardia/>>. [cons. 05 maio. 2020].
- Mayumi, L. (2008). *Taipa, canela-preta e concreto: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas*. São Paulo: Romano Guerra Editora.
- Moura, R. M. (2004). *No princípio era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Navarro, E. A. (2005). *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. São Paulo: Global.
- Pereira, M. S. (2016). Em busca da cidadania: ex-escravos, negros, imigrantes e disputas por terra e trabalho no Jabaquara (Santos, 1880-1900). *Revista África(s)*, 3(6), 106-130.
- Pinheiro, L. B. (agosto de 2018). Do canto popular ao “ponto cantado”: canção popular e musicalidade afro-religiosa. *MOUSEION*, 30, 85-104. DOI:10.18316/mouseion.v0i30.4728.
- Porto, A. R. (1992). *História urbanística da cidade de São Paulo*. São Paulo: Carthago e Forte.
- Saia, L. (1944). “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 8, 211- 275.
- Saia, L. (1955). *A Casa Bandeirista: uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo.
- Saint-Hilaire, A. D. (1940). *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatinas e Missões do Paraguai*. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira.
- Schwarcz, L. M. (1989). *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: Idesp.
- Silva Leme, L. G. (1905). *Genealogia Paulistana*, vol. 8. São Paulo: Duprat & CIA.
- Singleton, T. A. (2010). Liberation, and emancipation: constructing a postcolonial archaeology of the African diaspora. Em Lydon, J., & Rizvi, U. Z. (eds.). *Handbook of Postcolonial Archaeology* (pp. 185-198). Walnut Creek: Left Coast Press INC.
- Smith, L., & Watterton, E. (2011). *Heritage, communities and archaeology*. London: Duckworth Debates in Archaeology.
- Souza, K. S. (2018). *As Colunas B e J*. São Caetano do Sul: TCC de A.M. Loja Luz do Ocidente. Jurisdicionada ao Grande Oriente de São Paulo.
- Souza, M. A. (2013). Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e signiicações da cultura material utilizados pelos escravos no Brasil. Em Agostine, C. (org). *Objetos da Escravidão. Abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (pp. 11-36). Rio de janeiro: 7 Letras.
- Souza, R. L. (2007). A Mitologia Bandeirante: construção e sentimento. *História Social*, 11(13), 151-171.
- Suano, M. (1979). *Relatório Final – Prospeção Arqueológica – Casa do sítio da Ressaca, SP*. São Paulo.
- Symanski, C. (2007). O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 1(2), 7-36.

- Taunay, A. d. (1948). *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. 11. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Trigger, B. G. (2004). *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora.
- Zonzon, C. (2017). *Nas Rodas da Capoeira e da Vida: corpo, experiência e tradição*. Salvador: EDUFBA.

